

A relação entre o museu e o seu trabalhador: um caso no Museu Vivo do São Bento de Duque de Caxias – RJ

Sara Braga¹

The relationship between the museum and its workers - a case at the Museu Vivo do São Bento in Duque de Caxias - RJ

Introdução

Dentre as funções de um museu está a pesquisa, que serve de apoio tanto para o desenvolvimento do campo dos museus, quanto para o desenvolvimento da disciplina, a Museologia. Essa função vem sendo desenvolvida com especial foco no educativo e na comunicação do museu e com pouca atenção nos trabalhadores de museu², sobre quem são essas pessoas que constroem e mantêm esse espaço e, ao falar dos museus sociais, qual a motivação para manter esses museus apesar das dificuldades impostas a eles. Ainda é importante levantar algumas questões dentro dessa relação. Esse trabalhador tem boas condições de trabalho³? Ele recebe uma remuneração que lhe satisfaz? Ele se sente realizado em suas atividades laborais? Tem uma relação estritamente de trabalho com o museu?

A partir dessa perspectiva é desenvolvido o presente estudo com base na tese que está sendo construída no Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Lisboa que pesquisa o perfil dos trabalhadores, com recorte para museus de arte na cidade do Rio de

¹ Pesquisadora no Museu da Vida da Fiocruz. Museóloga formada pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutoranda em Sociomuseologia pela Universidade Lusófona de Lisboa. Vice-presidente do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (Minom). Membro da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (Remus-RJ).-

bragashs@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-5370-0719>

² Embora tenha pouca pesquisa, existem algumas significativas e que merecem atenção. Mesmo que não abordem a temática deste artigo, elas se voltam para os trabalhadores. São elas: o artigo sobre os educadores da Fiocruz intitulado "Quem trabalha no ramo, aprende na prática: considerações sobre formação, experiência e perfil etário de educadores museais", de Ana Aparecida Costadella, Denyse Amorim de Oliveira, Ozias de Jesus Soares. A dissertação "Museu histórico e antropológico do Ceará (1971-1990): uma história do trabalho com a linguagem poética das coisas, objetos, diálogos e sonhos nos jogos de uma arena política" de Carolina Ruosso, com especial atenção para o capítulo 3. A tese "As Vozes do Museu Regional de São João del Rei" de Rosiane da Silva Nunes, que trabalha a história oral dos funcionários do museu. A tese "Desenvolvimento do Público Interno: Uma proposta de metodologia para um programa educativo direcionado aos funcionários de museu" de Gabriela Ramos Figurelli. E, por fim, apesar de não ser uma pesquisa sobre os trabalhadores que atuam no museu, mas sim sobre os que atuam ao seu redor, também é significativo para a discussão o artigo "Reflexões sobre a (não) relação entre o Museu do Estado do Pará e os/as trabalhadores/as do seu entorno: interditos simbólicos em equipamentos culturais públicos no centro histórico de Belém", de Hugo Menezes Neto.

³ O decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no Brasil, prevê condições mínimas de trabalho que devem ser cumpridas, referentes, por exemplo, a segurança, a saúde, a proteção individual, as edificações, a iluminação, ao conforto térmico, as instalações elétricas, ao manuseio de materiais, entre outras, que garantem uma boa condição de trabalho.

Janeiro. Aqui, o tema se mantém, porém se afasta dos museus normativos para pesquisar os trabalhadores de um museu social, o Museu Vivo do São Bento (MVSb). Assim, o artigo tem como referencial teórico a Museologia Social e, dentro de um corpo de quinze trabalhadores no Museu Vivo do São Bento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro deles em diferentes perfis e funções, a transcrição e análise desses dados, além de análise bibliográfica.

O texto se divide em três seções. A primeira apresenta o Museu Vivo do São Bento, seu contexto de criação e seu contexto cultural, especialmente por ele estar em um território negligenciado pelo Estado quando se trata ao direito à cultura com especial foco para o papel central dos professores da rede pública no ato da criação desse museu. A segunda, apresenta rapidamente a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (Remus-RJ) e sua relação com o museu, por ela ser uma parceira com forte presença em sua trajetória. Por fim, a terceira e última seção deste texto se propõe a apresentar os trabalhadores do MVSb e analisar a relação existente entre ambos, além de examinar a dimensão decolonial desses professores na criação e manutenção desse espaço.

A pesquisa se propõe a compreender quem é esse trabalhador, entender as suas condições de trabalho, a relação desse trabalhador com o museu e o impacto que a militância tem nessa relação. Responder essas perguntas e levantar tais questionamentos é importante para entender a realidade dos museus sociais a partir de quem os constrói.

O Museu Vivo do São Bento

O município de Duque de Caxias é o terceiro maior município em densidade populacional do estado do Rio de Janeiro, no Brasil, ficando atrás apenas da cidade do Rio de Janeiro e de São Gonçalo, e detém o quarto maior PIB⁴, estando à sua frente apenas a cidade do Rio de Janeiro, de Maricá e de Niterói, de acordo com dados de 2021 e de 2022 do IBGE⁵. Entretanto, apesar de seu alto índice populacional e do seu PIB, ele conta apenas com três museus, são eles: o Museu Vivo do São Bento, o Museu Ciência e Vida e o Museu Histórico de Duque de Caxias, enquanto a cidade do Rio de Janeiro, dita como ponto central do estado, e, portanto, valorizada como tal, conta com 124 museus, dos 254 museus existentes no estado, ou seja, uma distribuição desigual já que 48% dos museus do estado do Rio de Janeiro se concentram em uma única cidade (Ibram, 2011).

Esses números refletem a realidade de um mundo capitalista dividido por classes de forma hierárquica, aonde quanto “mais baixos os padrões de vida das classes inferiores, maior será a pressão dos estratos superiores sobre elas, então consideradas desprezíveis, inatamente inferiores, na forma de uma casta de nenhum valor” (Freire, 1967, p. 86). Se a população da Baixada Fluminense, colocada a margem e excluída pelo poder público, é considerada inferior e desprezível, a burguesia mantenedora desse sistema capitalista parte do princípio que nesse território não tem cultura ou patrimônio a ser preservado, logo, não haveria a necessidade de criação de museu em suas cidades.

Ainda assim, como uma ação de resistência, no primeiro distrito de Duque de Caxias, que é composto por 4 distritos⁶, está localizado no bairro do São Bento, o Museu Vivo do São Bento. Esse território perpassa pela minha história pessoal, pois moro nesse distrito desde que nasci e passei parte da minha infância até a minha adolescência, entre os anos 2000 e 2010, em uma casa próxima ao bairro do São Bento.

Dessa forma, tenho memórias desse período em que passeava pelas ruas do bairro me questionando sobre as edificações históricas presentes ali, hoje sei que essas mesmas edificações, como a Igreja Nossa Senhora do Rosário e o Casarão Beneditino, formam o percurso do Museu Vivo do São Bento, que será apresentado mais à frente. Porém, justamente porque

⁴ Produto Interno Bruto é um indicador que avalia atividade econômica, nesse caso, de uma cidade.

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>. Acesso em: 11 de nov. de 2024.

⁶ Sendo os outros Campos Elíseos, Imbariê e Xerém.

isso não era comunicado ou ensinado, não era fácil o acesso à essas informações. Foi exatamente essa falta de acesso à memória que motivou a criação do museu.

Neste período, e ainda hoje, a história acessada facilmente é a história do colonizador, narrada por ele próprio, e não a do colonizado, onde "a história que escreve não é portanto a história da região por ele saqueada, mas a história de sua nação no território explorado, violado e esfaimado" (Fanon, 1961, p. 38). Assim, a história narrada nas escolas da região, como apontam os professores criadores do museu, e que eu mesma tive a chance de aprender em escolas na cidade, não era a dos povos originários que habitaram à beira do rio Iguaçu antes da invasão desse território pelos colonizadores ou da resistência dos povos quilombolas que ocuparam as terras do atual bairro do São Bento, reivindicando sua liberdade de existência e manifestação cultural, mas sim a história dos povos europeus como construtores do país.

A partir dessa mesma perspectiva histórica os museus ocidentais nasceram, tendo no cerne de sua criação a preocupação em narrar a história do colonizador, assim:

Essa instituição, associada à grandeza da nação, nasceu sob a sua forma atual no século XVIII - o século das revoluções (entre as quais a Revolução Haitiana, muito frequentemente esquecida), quando o tráfico escravagista atingiu um pico inigualável e banqueiros, seguradores, armadores, proprietários de escravos (mulheres e homens), capitães, negreiros e fazendeiros enriqueceram consideravelmente. O museu ocidental conquistou verdadeiramente sua glória no século XIX, quando juntou ao seu acervo milhares de objetos de artes e restos mortais que soldados, oficiais, missionários, aventureiros, mercadores e governadores trouxeram com eles no fim das guerras imperialistas e de colonização (Vergès, 2023, p. 7-8).

Diante dessa realidade colonial há uma necessidade de transformação "na consciência e na vida dos homens e mulheres colonizados" (Fanon, 1961, p. 26) que insere, em alguns professores da rede pública e moradores de Duque de Caxias, um desejo de busca por reencontrar essa memória e esse patrimônio apagados, registrá-los, valorizá-los e comunicá-los para a população, impactando a identidade sociocultural deles.

A motivação de criação do museu vem a partir da tomada de consciência sobre si, enquanto sujeito existente e colonizado, por parte desses professores. Buscando romper com as limitações impostas, o "sujeito existente reflete sobre sua vida, no domínio mesmo da existência e se pergunta em torno de suas relações com o mundo" (Freire, 1981, p. 53). Ao questionarem a invisibilidade imposta para a história e o patrimônio de Duque de Caxias, esses professores "experimentam a dialética entre determinação e liberdade" (ibidem) ao lutarem pela criação de um espaço em que podem apresentar o patrimônio local a partir das memórias, conhecimentos, produções e saberes dos moradores em uma leitura de mundo feita de si sobre si, ou seja, a partir de sua própria voz e perspectiva.

A partir desse desejo, esses professores se organizaram, ainda na década de 1990, dando início ao surgimento do Museu Vivo do São Bento, o primeiro museu de percurso da Baixada Fluminense, que foi inaugurado em 2008. Eles usaram a memória como ferramenta de luta tanto para o presente quanto para o futuro, pois "no campo sociomuseal a memória é utilizada numa perspectiva de transformação da vida presente. Pesquisas e exposições são realizadas com objetivo de conhecer o patrimônio e as manifestações culturais em movimento na vida social contemporânea" (Chagas, Primo, Assunção, Storino, 2020, p. 73).

Ao refletirem sobre suas realidades e ao olharem para a memória como ferramenta de luta, esses professores criaram um caminho para se libertarem do apagamento histórico que lhes era imposto, de forma que, a partir da reflexão realizada por eles, se deu o "exercício da ação transformadora da realidade condicionante" (Freire, 1981, p. 53) que culminou na criação do museu.

Assim, em 1992, é criado pelos professores e, posteriormente, coordenadores do museu, Marlúcia Souza e Antônio Augusto Braz, o Centro de Memória e Documentação da História da

Baixada Fluminense (CEPDOC), na Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC), primeira faculdade a lecionar o curso de História na Baixada Fluminense. O CEPDOC tinha como objetivo instigar pesquisas sobre a história local, localizar pesquisas já existentes sobre essa temática e aprender mais sobre lugares ainda não pesquisados na Baixada Fluminense.

Assim, iniciou-se na FEUDUC, entre professores e estudantes, um projeto de curso com pesquisas de campo sobre a história da Baixada Fluminense, a fim de mapear os patrimônios desse território. A partir desse projeto, criou-se um percurso no bairro do São Bento, que tratava da história da antiga Fazenda Iguaçu, localizada no chamado Grande São Bento, onde algumas de suas edificações perpassam pelo bairro. O nome desse percurso era justamente Museu Vivo do São Bento. Esse processo mostra como, desde o início, o museu acontece a partir de uma práxis movida pela consciência crítica desses professores em instigarem os estudantes, então moradores do bairro e da cidade, a tomarem consciência de sua existência, de sua história e de sua memória coletiva como forma de libertação (Freire, 1981).

Na busca pela história local, um ponto crucial ficou à mostra, a precariedade no registro das histórias do município. Os professores de história fundadores do museu perceberam que pesquisas foram feitas anteriormente, mas existia uma dificuldade em acessá-las e resgatá-las porque não havia um espaço de salvaguarda e de arquivo. Então, os professores se juntaram à luta sindical para garantir seus direitos à memória e ao patrimônio no município de Duque de Caxias, buscando aquilo que lhes é garantido pela Constituição, pois de acordo com a Constituição Federal de 1988, no art. 215 e art. 216, nos parágrafos 1º e 2º, diz que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Como também o Plano Nacional de Cultura (PNC), em seu art. 2º, II e IV diz que um dos seus objetivos é “promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções” (Brasil, 2008).

A criação do museu se apresenta como uma resposta a ausência desse espaço de salvaguarda e de arquivo. A partir de Walsh, pode-se dizer que o museu já surge de uma perspectiva decolonial por ser “um trabalho que procura desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade – estruturas até agora permanentes – que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos” (2009, p. 24). Ele se faz um museu decolonial quando esses professores passam a trabalhar a história com os estudantes a partir de uma perspectiva local e contra-hegemônica, apresentando a cultura dos povos originários que ali existiram antes da invasão dos povos europeus, narrando a resistência dos povos quilombolas que ali lutaram e colocando os moradores na centralidade de sua própria existência, os valorizando como construtores da história do bairro e da cidade.

De acordo com a Marlúcia, “surtiu na cidade de Duque de Caxias um movimento feito pelo sindicato dos profissionais da educação e por militantes, professores, historiadores ligados a movimentos sociais que estavam muito preocupados com uma história não contada, uma história invisível, uma história subterrânea” (Braga, 2021).

Esse movimento está ligado a uma necessidade desses professores de “visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições que diferencialmente posicionam grupos, práticas e pensamentos dentro de uma ordem e lógica que, ao mesmo tempo e ainda, é racial, moderno-ocidental e colonial” (Walsh, 2009, p. 24). Eles questionam essa estrutura e agem em prol de seu rompimento ao se posicionarem contra essa lógica colonial de ver e construir o mundo a partir de uma narrativa homogênea e universal de sociedade.

Em 2004, na reunião anual do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE), os professores iniciam a luta pela criação de dois centros, através da Secretaria da Educação. A solicitação dos centros foi aprovada por unanimidade e ambos existem até hoje, são: o Centro da Memória e Educação (CPMED) e o Centro de Referência Patrimonial e Histórico (CRPH).

A criação dos centros se deu de forma legal em 2005 e, dentro do centro de referência, passaria a existir o Museu Vivo do São Bento que foi aprovado, em 2008, como projeto de lei, por unanimidade na Câmara Municipal de Duque de Caxias. Este seria o primeiro museu de

percurso da Baixada Fluminense autointitulado como um museu social, por ter suas práticas ancoradas na museologia social.

O museu nasce, então, através de uma luta coletiva dos moradores de Duque de Caxias pelo direito ao registro e acesso à cultura local, por meio dos professores da rede pública como uma ação cultural para a libertação (Freire, 1981). Por direitos culturais:

Podemos dizer que são aqueles direitos que o indivíduo tem em relação à cultura da sociedade da qual faz parte, que vão desde o direito à produção cultural, passando pelo direito de acesso à cultura até o direito à memória histórica. E, finalmente, o direito à memória histórica como parte dessa concepção de Cidadania Cultural, segundo o qual todos os homens têm o direito de ter acesso aos bens materiais e imateriais que representem o seu passado, à sua tradição e à sua História. (Fernandes, 2011, p. 4 - 5)

A ideia de um museu atrelado ao território vem desde o seu início enquanto um trabalho de campo e, assim, se manteve ao ser constituído como um museu de percurso que acontece pelo bairro do São Bento. Os professores, ao colocarem os estudantes como investigadores do bairro onde moram, ou seja, da própria realidade, e os estimularem a produzirem conhecimento a partir disso, dialogam diretamente com Paulo Freire quando este afirma que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (1996, p. 13).

Ao pensar que os museus são espaços de educação não formal, pode-se associar os museus ocidentais coloniais à ideia de educação “bancária” apresentada por Paulo Freire, onde esses museus se preocupam em transmitir um conhecimento dado como verdadeiro, a partir da ciência moderna europeia, e narrar uma história dada como a oficial, sem espaço para outras narrativas e conhecimentos. O MVSb vai contra a ideia de um ensino “bancário” que “deforma a necessária criatividade do educando e do educador”, mas busca “superar o autoritarismo e o erro epistemológico do “bancarismo”” (ibidem, p. 14).

Os professores que atuavam no museu quando este ainda era um trabalho de campo, até a sua construção efetiva, eram professores que tratavam o ator de ensinar não como ação unilateral de um conteúdo a ser transmitido, mas que instigavam os estudantes e, posteriormente, os moradores do bairro e frequentadores do museu, a pensarem de forma crítica tanto a sua realidade quanto a produção de conhecimento. De forma que “os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos” (ibidem, p. 15).

O Museu Vivo do São Bento nasce de uma ação insurgente de professores militantes que questionavam a estrutura cultural da cidade de Duque de Caxias, propondo uma ideia de museu fora dos padrões comumente conhecidos tanto em seu formato, de museu de território, quanto em sua narrativa, ao colocar na centralidade da história memórias invisibilizadas. A partir da ideia de que:

O museu não é um espaço neutro, mas um campo de batalhas ideológicas, políticas e econômicas. O museu universal se vê como um refúgio ou santuário, mas parece muito distante de poder assumir esse papel, porque, para interpretá-lo, teria de reconhecer a parte que desempenhou na maneira como a ordem racista, patriarcal e extrativista do mundo se instituiu, e ter a determinação necessária para se insurgir contra ele (Vergès, 2023, p. 13-14).

É preciso se atentar ao fato de que o museu se concentra em narrar e trabalhar a história local, a partir de uma forma colaborativa com a própria população, através da escuta, colocando-os no centro de sua própria história, os auxiliando a narrarem com sua própria voz, apresentando uma diversidade cultural e histórica sem que haja esvaziamento, como ocorre com

o discurso neoliberal multiculturalista, onde o “capitalismo global da atualidade, opera uma lógica multicultural que incorpora a diferença, na medida em que a neutraliza e a esvazia de seu significado efetivo” (Walsh, 2009, p. 16).

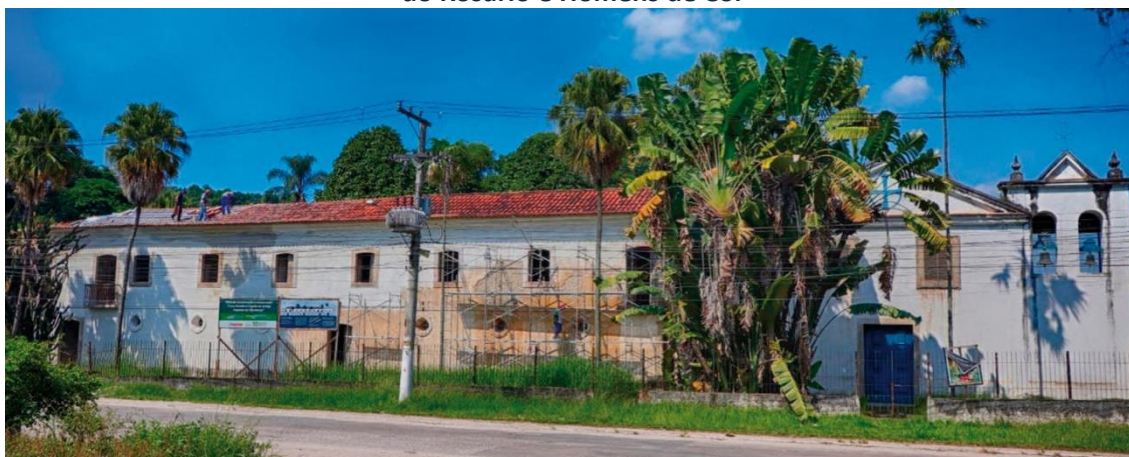
Em um mundo capitalista excludente, que se apropria de culturas e histórias marginalizadas para fortalecer os próprios discursos e esvaziarem essas lutas de sentido e significados, museus como o Museu Vivo do São Bento são necessários para que haja o reconhecimento da diversidade cultural com foco em transformação social. A apropriação da luta pela diversidade cultural:

É uma estratégia política funcional ao sistema/mundo moderno e ainda colonial; pretende “incluir” os anteriormente excluídos dentro de um modelo globalizado de sociedade, regido não pelas pessoas, mas pelos interesses do mercado. Tal estratégia e política não buscam transformar as estruturas sociais racializadas; pelo contrário, seu objetivo é administrar a diversidade diante do que está visto como o perigo da radicalização de imaginários e agenciamento étnicos. (Walsh, 2009, p. 20).

Por ser um museu de percurso, para conhecer o museu é preciso ligar para a sede e fazer um agendamento. No dia e horário combinados, um guia do museu passa pelos pontos de referência narrando não só a história local que engloba o próprio bairro do São Bento, mas também a de Duque de Caxias e a da Baixada Fluminense. A lei de criação do museu chama esses pontos de “lugares de memória” e eles se constituem em edifícios históricos, um sítio arqueológico e uma reserva ambiental (Duque de Caxias, 2008).

A ideia de um museu de percurso, que existe por um território com vários espaços e edificações, frequentemente gera dúvidas e pode ser uma ideia difícil de se conceber para muitos. Por isso, são apresentadas abaixo algumas imagens para ilustrar o Museu Vivo do São Bento e seu percurso com os lugares de memória.

Figura 1 – Casa de Vivenda da Fazenda São Bento do Iguaçu e Capela Nossa Senhora do Rosário e Homens de Cor



Fonte: acervo do site Museu Vivo do São Bento.

Figura 2 – Terreno do Sambaqui

Fonte: acervo do site Museu Vivo do São Bento.

A Casa de Vivenda da Fazenda São Bento do Iguaçu e a Capela Nossa Senhora do Rosário e Homens de Cor são tombados como Patrimônio Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como também o sítio arqueológico Sambaqui do São Bento, tombado pelo IPHAN na década de 1940, apesar de ter sido redescoberto apenas em 2008. São apresentados esses três pontos do percurso para exemplificar alguns dos dez presentes na lei que institui a criação do museu.

Figura 3 – Sede Administrativa vista de cima

Fonte: acervo do site Museu Vivo do São Bento.

Figura 4 – Sala Marisa Gonzaga com exposição “Nas margens do Rio Iguaçu uma Terra Prometida”, no Museu Vivo do São Bento, 2024.



Fonte: a autora.

A antiga Escola Agrícola Nísia Vilela, escola do Núcleo Colonial, é um dos dez pontos e, atualmente, abriga a sede do museu, pois, apesar de ele ser um museu de percurso, é importante que exista um espaço onde seus trabalhadores possam se reunir, abrigar os seus programas e eventos. Além disso, esse espaço também serve para apresentar as exposições temporárias que o museu realiza, sempre com temas locais e/ ou de artistas locais, como fotógrafos ou artistas plásticos da cidade. A exposição que se encontrava aberta ao público durante a escrita desse artigo chamava “Nas margens do Rio Iguaçu uma Terra Prometida”, realizada através de uma parceria entre o Museu Vivo do São Bento e o Centro de Ação Comunitária (CEDAC) com o Assentamento Terra Prometida do Movimento Sem Terra (MST) existente entre os municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu⁷.

Sobre as atividades do museu, ele conta com diferentes programas, como o Programa Mulheres Artesãs, onde semanalmente mulheres de diferentes localidades de Duque de Caxias se encontram e compartilham seus saberes ancestrais, enquanto produzem artes que ficam expostas na sede do museu; e o Programa Jovens Agentes do Patrimônio, que se encontra parado no momento, devido à falta de recurso. Ele era formado por crianças e adolescentes entre doze e dezoito anos que se encontravam semanalmente para diferentes atividades baseadas no patrimônio e na história locais do bairro do São Bento. Essas duas atividades são exemplos de como o museu respeita os saberes que chegam até eles, saberes das “classes populares (...) saberes socialmente construídos na prática comunitária” (Freire, 1996, p. 17), com atividades que trabalham com os moradores esses saberes a partir de uma perspectiva museal e crítica.

Além disso, existe a roda de capoeira aos sábados, o curso de extensão e a formação que apresenta a história da Baixada Fluminense para quem estiver interessado em aprender, como professores, pesquisadores ou moradores. Todos são programas voltados para os moradores ao redor do museu e se estendem para moradores do município e da Baixada.

Para além dessas atividades, o museu se mantém com ações de coletividade. A perspectiva colonizadora se baseia na individualidade e busca a sua riqueza a partir da

⁷ Para maiores informações, (vírgula) acesse o site do museu. Disponível em: <https://www.museuvivodosabento.com.br/exposicoes/terra-prometida>. Acesso em: 23 de out. de 2024.

indiferença com o outro, pois “a burguesia colonialista introduzira a golpes de pilão no espírito do colonizado a ideia de uma sociedade de indivíduos em que cada um se encerra em sua subjetividade” (Fanon, 1961, p. 35). Entretanto, os professores que mantêm o museu descobriram a “falsidade dessa teoria” (ibidem, p. 35) e romperam com essa perspectiva colonizadora de ações individualistas ao olharem ao seu redor.

Assim, o museu mantém um espírito coletivo, onde afeta e é afetado, ao se relacionar de forma próxima com a sua comunidade e com outros museus sociais. Ao se comprometer com a museologia social ele compartilha de uma museologia do afeto que existe “sem medo de afetar e ser afetada; assume-se como uma museologia “in-pura”, “in-disciplinada”, com potência poética e política, reconhecendo que os museus têm presença na poética de muitos autores e que ele mesmo é espaço de experimentação poética e política” (Chagas, 2020, p. 118). Isso porque o museu é parceiro amigo e apoiador de diversas iniciativas museais cunhadas na museologia social, em especial as que formam a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro.

A Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro e o Museu Vivo do São Bento

A Remus-RJ surge em 2013 como uma ação coletiva entre trabalhadores de museus, militantes da museologia social, pesquisadores e alunos da área a fim de fortalecerem os museus sociais do estado do Rio de Janeiro através da troca, da coletividade, do afeto e da luta conjunta. Desde o seu início, está sempre presente nos encontros e reuniões algum representante do MVSb-

As ações do MVSb dialogam diretamente com as ações da Remus. Assim como o museu, a rede está:

Diretamente envolvida com museus comunitários e iniciativas de museologia social que acionam o direito à cultura, à memória e ao patrimônio colocando-os a favor da cidadania e de uma cultura de paz, com voz e direito de denunciar as mazelas, racismos, perversidades e violências praticadas contra os grupos sociais que historicamente têm sido subalternizados, marginalizados e silenciados (Chagas, Veiga, Cavulla, 2021, p. 435).

Este artigo tem como referência teórica a Museologia Social pelo fato do MVSb se autointitular um museu social e, por ele fazer parte da Remus-RJ, que é composta por iniciativas que “afirmam-se comprometidas com as teorias e práticas da denominada Museologia Social e deixam claro que seus caminhos se fazem ao caminhar” (Chagas, Veiga, Cavulla, 2021, p. 437).

Sobre a definição de museologia social, este artigo se baseia na apresentada por Chagas e Pires, ao afirmarem que:

A museologia social, nos termos como a praticamos e pensamos, escova o museu e a própria museologia a contrapelo, afirma a dignidade das classes populares, a potência dos povos indígenas e dos povos afro-brasileiros, a força dos movimentos feministas e LGBTI, a ecologia dos saberes e a mobilização dos afetos poéticos e políticos a favor da potência da vida. A museologia social, como aqui é compreendida, está inteiramente a serviço da vida. Fica o que significa. Para finalizar, queremos repetir e dizer: a museologia que não serve para a vida não serve para nada (Chagas, Pires, 2018, p. 297).

Em relação ao funcionamento da rede, todo mês é realizado um encontro presencial que é acolhido por alguma iniciativa museal participante das suas atividades. Esse encontro tem se dividido em dois momentos, um primeiro pela manhã e outro pela tarde. Pela manhã ocorre a reunião da própria rede, onde são recebidos novos integrantes e novas iniciativas museais interessadas em se juntarem a rede, são debatidos assuntos de política pública voltados para os museus sociais e são tratados de assuntos do campo dos museus, como semanas nacionais comemorativas ou eventos regionais, nos quais os museus se fazem presentes como

representantes da museologia social. Há também trocas sobre captação entre os museus, como possíveis editais que estejam abertos, são discutidos problemas diversos pelos quais os museus integrantes da rede possam estar passando, como ameaça de remoção, entre outros assuntos que estejam acontecendo no período do encontro, sendo diversos os pontos de pauta possíveis para essa reunião a depender da realidade da rede e dos seus museus.

Pela tarde, logo após o almoço, ocorre uma visita técnica à iniciativa que apresenta sua história e seu espaço para todos. Apesar dos assuntos densos que são tratados, todo o encontro é visto também como um momento de sociabilidade entre os participantes.

Como parte de fortalecer a sua existência, entre os anos de 2014 e 2015 os articuladores da rede procuraram apoio financeiro para a sua manutenção e construção de ações com os museus. Assim, executou-se entre os anos de 2017 e 2018 duas emendas parlamentares⁸ de deputados federais⁹. O preponente de ambas foi o Museu Vivo do São Bento. Isso foi possível graças a proximidade do museu com a rede que se deu em um primeiro momento com a presença da Aurelina Cruz e, atualmente, com a presença do Antonio Augusto. Ambos foram entrevistados para essa pesquisa e serão apresentados posteriormente. Tanto a rede quanto o museu mantêm relações políticas como parte de suas existências, e, pode-se dizer que “ao mobilizar o poder político a rede também mobiliza afetos poéticos. De outro modo: a rede movimenta relações de amizade, de amor, de cumplicidade, de parceria, de solidariedade e de cuidado” (Chagas, Veiga, Cavulla, 2021, p. 440).

É notável pelo estado do Rio de Janeiro um crescimento contínuo de iniciativas museais e culturais ancoradas na museologia social, através, inclusive, dos integrantes da própria rede que conta atualmente com 35 museus¹⁰. Pode-se dizer que essas iniciativas museais nascem de militantes, movimentos sociais e agentes culturais locais e se baseiam em ações decoloniais e na interculturalidade crítica (Walsh, 2009) por estarem em locais negligenciados pelo poder público e/ou narrarem histórias e apresentarem patrimônios subalternizados. Sendo importante “recordar que a interculturalidade crítica tem suas raízes e antecedentes não no Estado (nem na academia), mas nas discussões políticas postas em cena pelos movimentos sociais, (o que) faz ressaltar seu sentido contra-hegemônico, sua orientação com relação ao problema estrutural-colonial-capitalista e sua ação de transformação e criação” (Walsh, 2009, p. 22).

É perceptível nos últimos anos o crescimento desses espaços na Baixada Fluminense. Isso tem ocorrido, em parte, pelo trabalho diplomático e de militância do professor Antonio Augusto junto à rede, onde ele conhece agentes culturais e museais em diferentes territórios e os instiga a musealizar os seus espaços, colocando-os em contato com a rede, para eles se fortalecerem e encontrarem outros parceiros da museologia social que os apoiem. Como é o caso do Museu de Arte e Culturas Urbana da Baixada Fluminense, em Nova Iguaçu, do Museu Vivo da Agroecologia, em Magé e o Museu Vivo da Capoeira, em Duque de Caxias. Todos participantes da Remus-RJ. Cada museu social é construído à sua maneira, sendo:

Museus que produzem novos agenciamentos, novas linhas de ação e fazem rizoma com o mundo. São museus que, com memória e criatividade, produzem transformações sociais e fazem história; museus que exercitam novas imaginações políticas, poéticas e museais e colaboram para a inovação e a invenção de conceitos e práticas (Chagas, 2020, p. 124).

⁸ De acordo com o governo federal: emenda parlamentar é um instrumento que o Congresso Nacional pode utilizar na fase de apreciação legislativa para influir no processo de elaboração do orçamento anual. Tais emendas podem acrescentar, suprimir ou modificar determinados itens (rubricas) do projeto de lei orçamentária enviado pelo Executivo. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/605525-emendas-parlamentares>. Acesso em: 01 de out. de 2024.

⁹ São eles: Chico Alencar, do PSOL - RJ e Alessandro Molon, do PSB - RJ.

¹⁰ A Remus-RJ é fluída e dessa forma os museus se sentem à vontade para participarem dos encontros e atividades da rede como para não irem mais quando assim desejarem, dessa forma, o número de museus integrantes não é fechado e está em constante mudança.

A apresentação da rede se fez necessária nesse trabalho por dois motivos. Primeiro, porque a sua relação com o museu é substancial e foi citada em diferentes momentos das entrevistas. E-porque sou próxima da rede desde o ano de sua criação, passando por todas as emendas parlamentares captadas, estando presente e ausente em diferentes momentos, mas como uma de suas articuladoras de 2022 a 2025. Experiência esta que me dá uma perspectiva ampla sobre os museus sociais do estado e referência comparativa quando observo o Museu Vivo do São Bento, sua estrutura organizacional e seus trabalhadores, que difere, e muito, da maior parte dos outros museus sociais da rede.

Estes museus conseguem se manter através de uma luta constante pela sua existência como também é com o MVSb. Porém, a construção de projetos de curto e médio prazo que possibilitam a continuação desses espaços, de suas atividades e suas equipes, já que o apoio público é praticamente inexistente, difere do MVSb que está vinculado à Secretaria de Educação de Duque de Caxias a qual é a responsável pelo salário dos trabalhadores fixos do museu. Desse vínculo provém o orçamento anual do MVSb, porém ele não é o suficiente para manter o espaço e as suas atividades. Dessa forma, ele se aproxima dos demais museus sociais, pois tenta captar recursos para a manutenção de seus programas-de forma similar a eles, ou seja, por editais e projetos.

A partir dessa realidade, os museus vivem em constante insegurança de continuidade, sem saber como farão para se manter no dia, semana, mês ou ano seguinte. Muitos deles passam parte significativa do ano se mantendo com o dinheiro pessoal dos seus agentes e através da energia e da força de vontade deles que acreditam na missão e nos valores dos seus museus. Essa realidade é, ao mesmo tempo, próxima e distante do MVSb, como será apresentado a seguir.

É uma realidade que atravessa tanto museus públicos quanto privados, por ser a precarização do trabalho uma questão social, já que:

Constata-se claramente que a precariedade está hoje por toda a parte. No setor privado, mas também no setor público, onde se multiplicaram as posições temporários e interinas, nas empresas industriais e também nas instituições de produção e difusão cultural, educação, jornalismo, meios de comunicação etc, onde ela produz efeitos sempre mais ou menos idênticos (...). A precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável (Bourdieu, 1998, p. 73).

Em um mundo cada vez mais precarizado, pode-se facilmente se acostumar com uma realidade não digna dentro de diferentes espaços de trabalho, inclusive nos museus. De acordo com Megan Moran, uma trabalhadora de museu, ao escrever para o *Museum Workers United Newspaper*, um jornal voltado para os trabalhadores de museus do *Museum and Exhibition Studies Program*, da Universidade Illinois de Chicago, muitos dos trabalhadores de museus estão "familiarizados com os aspectos tóxicos de trabalhar para organizações em grande parte sem fins lucrativos: a mentalidade de escassez, a compreensão de que deveríamos ser gratos por sermos pagos por nosso trabalho e a ideia de que somos totalmente substituíveis por qualquer número de colegas idealistas com diplomas em humanidades" (2020, p. 20, tradução nossa)¹¹.

¹¹ Original: *Many of us are all too familiar with the toxic aspects of working for largely nonprofit organizations: the scarcity mentality, the understanding we should be grateful to be paid at all for our work, and the idea that we are entirely replaceable by any number of fellow idealists with humanities degrees.*

A falta de continuidade dos projetos e a equipe cada vez mais reduzida de um museu, mesmo vinculado a uma secretaria municipal, é reflexo da precarização na área da cultura, onde é preciso um esforço contínuo para cada vez mais se manter com menos, seja em orçamento ou em equipe.

Os trabalhadores do Museu Vivo do São Bento

Atualmente, o MVSb conta com 15 trabalhadores, distribuídos em diferentes funções e núcleos, sendo ao todo 8 professores da rede pública, 2 pessoas no arquivo, 2 auxiliares de limpeza e serviços gerais e 3 pessoas na equipe de apoio. Entretanto, a distribuição de funções não é assim tão simples, pois uma mesma pessoa pode estar em três frentes, um professor pode estar na direção executiva do museu, no núcleo educativo e no núcleo de comunicação, por exemplo.

É importante ressaltar que são trabalhadores de museu com ações ancoradas na museologia social, apresentando em sua atuação uma camada complexa, que é tanto intrínseca e pessoal quanto social, por estarem compromissados com a transformação social. Assim:

A questão é saber que profissionais, professores, pesquisadores, estudantes, artistas, agentes comunitários, moradores de comunidades, apoiadores e instituições nacionais e internacionais assumem o compromisso de trabalhar e trabalham com e a favor de uma museologia de caráter social e participativo. Quem efetivamente está disposto a fazer museologia com e não museologia para? Quem está efetivamente disposto a admitir, dialogar e apoiar a museologia que já não se faz nem com, nem para, mas, como diz Vladimir Sybilla, “a partir de”, sem pedir autorização e sem dar satisfação? (Chagas, Primo, Assunção, Storino, 2020, p. 61)

A pesquisa se volta para esses trabalhadores sem discriminação de cargo, função ou formação acadêmica por compreender que todos são importantes para que o museu exista. Os professores têm um papel central para a existência do museu, já que partiu de uma iniciativa deles e está vinculado à Secretaria de Educação do município, como foi explicado anteriormente. Além disso, eles estão em maior número, por isso foram escolhidos 2: o professor Antônio Augusto, que está presente desde a criação do museu, trabalhando lá há 18 anos e fez parte de sua direção até 2025; e a professora Aurelina Cruz, mais conhecida como Leu, que trabalhou no museu por 12 anos e atualmente está aposentada, possibilitando uma nova perspectiva para essa relação. Também foi escolhida a Débora Vieira, auxiliar de limpeza e serviços gerais que trabalha no museu há 13 anos, e por fim, o Lear Martiniano, que trabalhou na parte de comunicação, como designer do museu por 10 anos e atualmente mantém uma relação com ele através de trabalhos pontuais.

Aqui já se destaca um ponto interessante dessa pesquisa, uma das perguntas que foi feita para eles foi se achavam o museu diverso e todos responderam que sim. Ao pensar em cor e etnia, três das quatro pessoas entrevistadas se autodeclararam pretas e isso não influenciou na escolha destes para a entrevista. Entretanto, atualmente, não trabalha no museu pessoas transgênero, dos povos originários, nem pessoas com deficiência. Este primeiro ponto da pesquisa, onde a maior parte dos trabalhadores entrevistados se auto identificam como não-brancos, mostra como a realidade do MVSb vai em contramão com a realidade das demais instituições que se pautam na homogeneidade, pois de acordo com a Aparecida Bento:

As instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco (2002, p. 13).

Sobre a entrevista, ela aconteceu online, via Google Meet, com a Aurelina e com o Leear, por eles não irem mais ao museu diariamente, já com a Débora e com o Antônio Augusto, foi realizada presencialmente na sede do MVSb. Sobre as perguntas, foram feitas as mesmas para todos adaptando apenas para as especificidades de cada um, como para a Aurelina que é aposentada, foi perguntado sobre como era a relação no passado e como é agora.

As perguntas foram divididas em três momentos, um primeiro para conhecer um pouco mais o trabalhador em si, um segundo para entender as suas condições de trabalho e um terceiro para entender a sua relação de trabalho com o museu.

O primeiro momento apresenta algumas características desses quatro trabalhadores. Eram duas mulheres cisgênero e dois homens cisgênero, os quatro eram heterossexuais, nenhum declarou ter algum tipo de deficiência, e sobre cor/ etnia, três pessoas se autodeclararam pretas e uma pessoa se autodeclarou branca. Em relação a idade, havia três pessoas com mais de quarenta anos (entre quarenta e sessenta anos) e uma pessoa com trinta anos. Sobre a religião, havia uma pessoa do candomblé, uma pessoa que declarou não ter religião e duas católicas. Três das quatro pessoas têm filho, mas nunca usaram licença maternidade ou paternidade no museu. Entretanto, tiveram duas pessoas que usaram licença de estudo e trabalho e falaram que foi muito tranquilo, chegando a seis meses de licença sem encontrar problemas com esse uso.

Em relação aos estudos, três dos entrevistados tem pós-graduação, chegando ao nível de mestrado por parte dos dois professores. Essa continuidade dos estudos é um fato interessante, pois esses três apontaram estar sempre estudando. Um motivo é a mudança contínua no mercado de trabalho, sendo, portanto, importante se manter atualizado. Um entrevistado disse que estava terminando a pós-graduação e já tinha feito diversos cursos, inclusive fazia um dentro da sua área na data da entrevista. Outro motivo apontado foi a própria função ocupada dentro do museu, sobre estar presente em espaços de debate político e de construção de política pública, sendo necessário se manter atualizado sobre temas contemporâneos. Apenas uma pessoa, a Aurelina, que está aposentada, disse estudar no momento apenas por lazer, sobre história da arte e áreas afins.

Isso pode ser visto como um reflexo do trabalho relacionado ao museu, mas também como reflexo do mundo de trabalho globalizado e precarizado do século XXI, que prega a produtividade e tem uma alta taxa de desemprego¹², apesar de contar com pessoas cada vez mais qualificadas. De acordo com Bourdieu “quando o desemprego (...) atinge taxas muito elevadas e a precariedade afeta uma parte muito importante da população (...) o trabalho se torna uma coisa rara, desejável a qualquer preço” (1998, p. 73-74).

Dessa forma, as pessoas se sentem na obrigação de se atualizarem profissionalmente com foco em melhorarem suas produções e, assim, acabam sem condições de se dedicar ao prazer pessoal, o fazendo, por fim, após a aposentadoria.

Porque o museu está localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro é pertinente pensar no aspecto de locomoção e moradia, pois é comum trabalhadores gastarem um tempo considerável no transporte entre a sua casa e o seu local de trabalho, por estarem em cidades ou regiões diferentes. No caso do Museu Vivo do São Bento, todos os entrevistados moram na cidade de Duque de Caxias, onde uma pessoa vai andando de casa até o museu e chega em menos de 5 minutos e duas pessoas chegam em cerca de 10 a 20 minutos via transporte público, nesse caso, o ônibus, em que ambas relatam que costumam ir sentadas. Uma pessoa mora fora do primeiro distrito de Duque de Caxias e é a que mais gasta tempo na locomoção, cerca de 40 minutos quando vai de ônibus, mas costuma ir de carona no carro de um colega de trabalho, levando a metade desse tempo para chegar ao museu.

¹² De acordo com dados do IBGE, no primeiro trimestre de 2024 a taxa de desemprego no estado do Rio de Janeiro chegou em 10%. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadec>. Acesso em: 20 de out. de 2024.

Essas características de locomoção e moradia não são exclusivas do MVSb, mas se repetem nos museus sociais por serem construídos pela própria comunidade, ou seja, seus trabalhadores costumam ser pessoas que moram ao redor do museu, proporcionando uma melhor qualidade de vida para eles, já que não precisam gastar muito tempo de seus dias na locomoção até o trabalho, como também não precisam ficar em pé em um transporte cheio, como costuma ser nos transportes públicos na região metropolitana do Rio de Janeiro, nos horários de maior fluxo¹³.

Também foram apresentadas algumas perguntas sobre a relação de trabalho com o museu. Como foi dito anteriormente, parte do corpo de funcionários é de servidor público, nesse caso, os professores da rede pública do município, como era o caso da Aurelina e é o caso do Antonio Augusto. Essa é uma característica particular do MVSb que é um museu social ligado ao poder público, o único atualmente com esse perfil dentro da Remus-RJ. Isso dá uma segurança maior para os professores que teoricamente têm seus salários garantidos ao final do mês, diferente dos outros museus sociais que lutam de projeto em projeto para a manutenção do pagamento dos seus trabalhadores. Entretanto, justamente por serem professores da rede pública, é frequente que os seus pagamentos atrasem, incluindo o décimo terceiro¹⁴.

Além disso, existe a garantia da continuação de suas matrículas, mas não há garantia de continuação do próprio museu, pois, pelo que foi dito durante entrevista, caso o governo decida acabar com o museu, ele pode, como já foram ameaçados em governos anteriores, porém conseguiram manter o espaço pela luta dos trabalhadores que acreditavam no museu e por terem o apoio de outras instituições museais e educacionais¹⁵.

Esse vínculo com a secretaria também proporciona a possibilidade de contratação via CLT¹⁶, vínculo cada vez mais raro tanto nos museus no geral (não apenas nos museus sociais), como no mercado de trabalho contemporâneo, permeado pela precarização e flexibilidade (Bourdieu, 1998), com cada vez mais trabalhadores assinando contratos como pessoa jurídica, sem garantia de direitos básicos de trabalho, como férias e décimo terceiro. Além dos professores, que são servidores públicos, os outros dois trabalhadores entrevistados tinham CLT como vínculo de trabalho com o museu. A Débora mantém carteira assinada desde que entrou no museu, há treze anos, e o Leear manteve carteira assinada nos seus dez anos contínuos trabalhando para o museu, apesar de ambos terem passado por mais de um contrato.

Atualmente, o Leear trabalha como *freelancer* e, entre um de seus clientes, está o museu, com o qual realiza trabalhos pontuais. Novamente, destaca-se como esse vínculo de trabalho é raro em outros museus sociais que costumam contratar por tempo determinado através de projetos com duração para começar e acabar, mesmo que posteriormente a contratação continue sendo das mesmas pessoas, é difícil conseguir mantê-las recebendo mês a mês, sem interrupção, por anos seguidos. O que impossibilita essa contratação contínua, apesar da vontade existente nesses museus para que isso ocorra, costuma ser a falta de apoio do poder público para a manutenção desses espaços.

Sobre o vínculo de trabalho, todos os quatro responderam se sentirem satisfeitos com ele, apesar de um dos entrevistados apresentar algumas ressalvas ao tipo de contrato realizado, que poderia ser mais bem especificado para as funções cumpridas, mas que era uma dificuldade burocrática de resolver e não uma falta de vontade daqueles que podiam auxiliar nesse quesito.

¹³ De acordo com pesquisa realizada em 2022 pelo aplicativo de mobilidade urbana, Moovit, a cidade do Rio de Janeiro tem o quarto pior tempo em transporte público, entre cem metrópoles pesquisadas ao redor do mundo, tendo uma média de sessenta e sete minutos de tempo de duração por viagem.

¹⁴ O décimo terceiro salário é uma gratificação salarial instituída pela Lei número 4.090, de 13 de julho de 1962.

¹⁵ No momento de entrega deste trabalho o museu passava por uma transição na sua diretoria que será melhor explicada ao final desta seção, provando essa dificuldade que foi apontada pelos entrevistados.

¹⁶ Trabalho formal através de carteira assinada que garante direitos trabalhistas como licenças, férias e décimo terceiro.

Ao ser perguntada sobre essa satisfação, a Aurelina disse que se sentia bastante realizada porque enquanto professora ela podia dedicar o seu “(...) trabalho a museologia, diferente, por exemplo, de outros museus da área da museologia social que conta com voluntariado, com dependência de projeto... Eu era uma funcionária pública que estava servindo a uma escola de formação museológica que era o Museu Vivo do São Bento” (informação verbal)¹⁷.

Quanto à remuneração recebida, houve satisfação e insatisfação. Por parte dos professores, foi colocado em perspectiva a realidade de outros museus sociais e profissionais da educação de outros municípios, quando visto por esse ângulo sua remuneração era boa e bem satisfatória, mas quando se pensava no trabalho que desenvolviam na rede pública de educação e no museu, a remuneração poderia ser melhor¹⁸. Sobre isso o Antonio Augusto diz:

É uma pergunta difícil de responder. A minha remuneração mensal não é irrisória diante do quadro de remuneração mensal dos trabalhadores desse país, em particular os trabalhadores da educação. O quadro de salários do município de Caxias não é desprezível, por conta da luta dos trabalhadores da educação (...) mas há 8 anos que não temos aumento. Sim, eu me sinto satisfeito, sim. É claro que a gente deseja sempre melhorar, mas eu me sinto satisfeito sim (informação verbal)¹⁹.

Sobre as pessoas contratadas via CLT também houve satisfação e insatisfação, quanto à insatisfação, foi apontado que o salário pago era abaixo do mercado no geral. O quanto um trabalhador recebe pelo serviço não se limita apenas a números, há valores subjetivos que definem esse salário. De acordo com Bourdieu, “embora o salário que recebam seja um sinal inequívoco do valor atribuído ao trabalho e aos trabalhadores. O desprezo por uma função se traduz primeiro na remuneração mais ou menos irrisória que lhe é atribuída” (1998, p. 8). Dessa forma, o trabalhador pode se sentir insatisfeito com o salário recebido a partir de um sentimento de desvalorização dele próprio e do que é capaz de oferecer.

Sobre a participação na renda familiar, três tinham participação total ou parcial, quando parcial era dividida com companheiros (as). E—A Apenas um tinha atividade extra que complementava a renda, a partir de outras ações de política cultural. Já em relação aos benefícios de trabalho²⁰, nenhum deles tinha benefícios.

Ao serem perguntados sobre a satisfação com as suas condições de trabalho as respostas não tiveram conformidade, duas pessoas responderam que sim e duas responderam que não, como justificativa à negativa informaram, por exemplo, que as condições não eram boas porque eram precárias. Foi apontado que todos fazem o que podem para gerar um bom ambiente de trabalho, mesmo com as dificuldades. Sobre o período em que trabalhava como CLT para o museu, o Leear diz:

Eu acho que dentro do possível, das limitações que eram muitas... de recurso, então a gente queria fazer uma exposição, mas não tinha recurso para nada, queria imprimir um folder as vezes e não tinha, agora mudou um pouquinho, está tendo uma verba um pouquinho mais regular, que está dando para fazer algumas coisas, mas por muito tempo era só verba que vinha de um projeto que ganhava um edital aí tinha uma verba para fazer uma coisa específica... em diferentes esferas sempre houveram problemas que limitavam o que era

¹⁷ Entrevista concedida por Cruz, Aurelina. Entrevista II. [abr. 2024]. Entrevistador: Sarah Braga. Duque de Caxias, 2024. 1 arquivo .mp3 (60 min.).

¹⁸ Foi destacado que não há ajuste no salário dos professores da rede municipal de Duque de Caxias há oito anos.

¹⁹ Entrevista concedida por Braz, Antônio Augusto. Entrevista III. [abr. 2024]. Entrevistador: Sarah Braga. Duque de Caxias, 2024. 1 arquivo .mp3 (36 min.).

²⁰ Tais como: assistência médica (ou seguro saúde); assistência odontológica; cartão vale-alimentação; cartão vale-refeição; cesta de natal; vale cultura; entre outros.

possível ser feito, mas dentro do que era possível ser feito eu consegui desenvolver um trabalho interessante lá (informação verbal).²¹

Já sobre o ambiente de trabalho ser agradável de estar, todos responderam de forma positiva, mesmo que com as suas ressalvas sobre a estrutura, ainda assim, as pessoas conseguiam gerar um ambiente acolhedor e que, no geral, as relações são de amizades e que em alguns momentos as relações interpessoais que sustentavam o ambiente. Sobre isso, a Débora fala:

Eles aqui não tratam a gente como um prestador de serviço, eles tratam a gente muito bem, como amigos (...) acolhedor, pessoas acolhedoras, porque senta, conversa, quer participar com você, porque você está com isso, porque você tem esse problema, isso tudo. Isso é uma pessoa acolhedora, que acolhe você, eu não estou aqui só para pegar minha vassoura e varrer, não, quando eu estou triste alguém vai ver que eu estou triste, porque me conhece (informação verbal).²²

Essa percepção do ambiente de trabalho pode ter levado todos a responderem que a saúde mental no local de trabalho era boa, como também todos responderem que sentiam que as pessoas do trabalho se importavam com elas.

Todos também reconheceram a importância de seus trabalhos para o museu, gerando falas sobre a importância de ter um espaço limpo e organizado para trabalharem e para receberem as pessoas no museu, sobre a importância de saber comunicar as ações do museu de forma que dialogue com o seu espírito e identidade e a importância de criar um espaço museal acolhedor com atividades para a comunidade do São Bento.

Sobre diversidade e sustentabilidade, as respostas recebidas estavam em concordância, todos pontuaram que o museu é diverso em suas ações e no seu corpo de trabalhadores, tendo pessoas de crenças e cores diversas e de forma orgânica, ao apresentarem exposições de artistas não-brancos e ao dialogarem com diversas religiões, por exemplo, sem ter uma preocupação especial com isso ou pensar em atividades pontuais que tratem dessa preocupação apenas em datas representativas, mas que isso está no cerne dos valores e ações do museu.

Sobre a sustentabilidade, questionaram o que seria um museu sustentável, apontaram trabalhos anteriores que concluíam que o museu era sustentável²³, mas que na prática achavam que poderia e deveria ser mais, entretanto compreendem a dificuldade devido à precariedade do espaço. Citaram a coleta seletiva do lixo que já foi iniciada, mas não pôde ser continuada, assim como a horta coletiva e ações de agroecologia que eram realizadas pelas crianças em diálogo com a memória e o patrimônio do bairro, as quais também foram descontinuadas devido à falta de recursos.

Sobre a relação estabelecida entre os trabalhadores e os museus, aqui estão questionamentos centrais ao se falar de museus sociais. O que pude perceber, como articuladora da Remus-RJ ao longo dos anos, foi comprovado nas conversas com os trabalhadores do MVSB. Os quatro responderam que a relação com o museu não é estritamente de trabalho, vai além, pois descreveram que era uma relação emocional e afetiva, isso porque “a memória está no campo das relações e das lutas, mas também implica determinados afetos, representações e direitos, bem como devires e compromissos” (Chagas, 2020, p. 114).

²¹ Entrevista concedida por Martiniano, Leear. Entrevista III. [abr. 2024]. Entrevistador: Sarah Braga. Duque de Caxias, 2024. 1 arquivo .mp3 (25 min.).

²² Entrevista concedida por Vieira, Débora. Entrevista IV. [abr. 2024]. Entrevistador: Sarah Braga. Duque de Caxias, 2024. 1 arquivo .mp3 (18 min.).

²³ Como a dissertação da Cassia Rodrigues da Silva, intitulada Caminhos para a sustentabilidade integrada dos museus na cidade: um estudo de caso na região metropolitana do rio de janeiro, pela Universidade Federal Fluminense, em 2016.

Sobre isso, o Leear fala:

Eu tenho uma relação muito forte com as pessoas do museu, gosto muito das pessoas que trabalham lá, gosto muito do espaço, tenho uma relação também desde a infância, que o São Bento, a casa de retiro, na escola ainda (...) eu estudava em um projeto e a gente fazia muitas aulas lá, tinham aulas livres e a gente ia para aquele espaço (...) então era um espaço que eu tinha um contato desde a infância, então tem essa memória afetiva também daquele lugar. E o trabalho que o museu desenvolve eu gosto muito (informação verbal).²⁴

Esses trabalhadores tratam e geram esse espaço com afeto e isso pôde ser visto ao decorrer de todas as respostas, sobre como se importavam uns com os outros e como eram respeitados, além da relação que estabelecem com o espaço museal, com o território e sua memória coletiva que atravessa as memórias individuais (Halbwachs, 1990), com os moradores da comunidade do museu e entre os próprios trabalhadores, que descreveram ter relações de amizade entre si. No decorrer das entrevistas foi notável essa afetividade, que é pulsante nos museus sociais e nos encontros da Remus-RJ, por exemplo. Na verdade, esse afeto fundamenta-se na preocupação central da museologia que é a vida e busca por uma vida digna para a sua comunidade. Assim:

Este pode ser considerado um princípio da museologia social: a vida e a defesa da vida vêm antes de tudo. A museologia há de servir não apenas à preservação de coisas, objetos e artefatos, mas à valorização da vida em sociedade, não à vida orgânica e biológica apenas, mas à vida como relação, como vivência e convivência, como potência não orgânica da vida, como potência de criação e de resistência. (Chagas, 2020, p. 124-125)

Mesmo que o museu, não importa qual seja, tenha como premissa criar um ambiente acolhedor, e crie, como parece ser no MVSb, ainda assim ele não é perfeito, já que perfeição é algo inalcançável. Como coloca a Aurelina:

Às vezes quando a gente fala, tem uma aparência de tudo perfeito, tudo arrumadinho, “ai é uma coletividade, ai somos democráticos e coletivos”, e não é isso, é sempre uma correlação de forças, o poder é isso. Tem isso também, o museu não é nenhuma perfeição, nenhum paraíso. Ele está permeado por todas as contradições que a sociedade tem, que os museus têm e que esses museus específicos, sociais têm, então ele está muito permeado por essas contradições (informação verbal).²⁵

O Museu Vivo do São Bento, junto com demais museus que formam a rede, está preocupado com a vida e, conseqüentemente, esses museus trazem esse aspecto de afeto para a rede, portanto, Chagas *et al.* ao falarem dela, acabam por traduzir também os próprios museus, assim:

Como nada do que é humano é estranho à rede, ela também pode acionar e mobilizar ciúmes, ódios, maledicências e traições. De qualquer modo, é importante indicar que em algumas redes abraços e danças coletivas, como as cirandas, são utilizadas e consideradas como práticas capazes de contribuir para a transformação e a mobilização de pessoas. Essas e outras experiências permitem a compreensão da conexão entre a Museologia Social e uma possível Museologia do Afeto e do Cuidado (Chagas, Veiga, Cavulla, 2021, p. 440).

²⁴ Entrevista concedida por Martiniano, Leear. Entrevista III. [abr. 2024]. Entrevistador: Sarah Braga. Duque de Caxias, 2024. 1 arquivo .mp3 (25 min.).

²⁵ Entrevista concedida por Cruz, Aurelina. Entrevista II. [abr. 2024]. Entrevistador: Sarah Braga. Duque de Caxias, 2024. 1 arquivo .mp3 (60 min.).

É perceptível, através das experiências encontradas na Remus-RJ que os museus sociais têm muita dificuldade de se manter por falta de apoio público. Por se localizarem em áreas consideradas periféricas e tratarem de memórias e patrimônios que são marginalizados não sendo, portanto, devidamente valorizados, torna-se um fator crucial para a sua existência o sentimento de paixão, pertencimento, desejo, representatividade e afeto por aqueles que constroem e mantêm esses espaços. Assim, “na contramão de uma museologia normativa e frequentemente perversa impõe-se a Museologia Social, sensível, compreensiva e libertária, “constituída de novas formas de afetividade, respeito mútuo e indignação”” (Chagas; Assunção; Glas, 2013, p. 433).

Pois são esses sentimentos que os motivam na constante luta para que esses museus continuem a existir, sem esse sentimento, sendo só o trabalho pelo trabalho ou pela remuneração, não justificaria o esforço demandado para essa manutenção, já que a remuneração não tende a ser alta nem constante e o trabalho tende a ser muito. A fala de Antonio Augusto mostra o papel dos museus sociais, a sua dificuldade de manutenção e o afeto pelo trabalho desenvolvido. Ele diz que:

O museu enquanto museu tem esse belo papel que os museus fazem no encantamento, do conhecimento, grande, grande papel do museu enquanto plataforma de cultura. E os museus comunitários mais que os museus clássicos são a voz das pautas sociais. Isso o Museu Vivo do São Bento faz com intensidade, inclusive, que nos colocam em posição de confronto com os poderes da cidade, os poderes políticos, a criminalidade... o museu é muito intenso nessa luta e tem muito orgulho disso (informação verbal)²⁶.

O papel que esses professores ocupam no museu está em diálogo com Paulo Freire quando este diz que “uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo” (1996, p. 16). Como coloca Antonio Augusto, um dos papéis dos museus sociais é conhecer a própria realidade e intervir para que haja transformação social.

Em relação a carga horária, todos falaram que ela era respeitada e nunca era cobrada por outros colegas de trabalho ou pela secretaria, mas que eles muitas vezes acabavam fazendo mais, justamente por acreditarem no trabalho desenvolvido e pela falta de equipe para compartilhar as demandas de forma mais equilibrada. Eles não sentiam uma cobrança de que precisavam fazer mais, mas os professores apontaram que rotineiramente ficavam mais do que o tempo proposto no museu, que cumpriam muitas horas fora, como representantes do museu nas reuniões da Remus-RJ, por exemplo, e que muitas vezes levavam trabalho para casa. Sobre isso, a Aurelina, ao ser perguntada se sua relação era estritamente de trabalho, diz:

Quando eu estava no museu, não. Não era estritamente de trabalho, porque se fosse estritamente de trabalho, eu iria lá nos meus horários, daria o meu plantão e iria para casa. Era muito mais do que estritamente de trabalho, tinha, além de uma relação de militância, tinha também relações de amizade, tinha relações de coletividade mesmo, coletividade com os funcionários, coletividade com os que participavam dos programas, coletividade com algumas pessoas ao redor do museu. Com a própria museologia social, com a própria Remus-RJ (informação verbal).²⁷

Tudo isso foi falado de forma sentimental pelas ações do museu, pois elas estão diretamente relacionadas às pessoas, já que, como foi dito anteriormente, as pessoas são o

²⁶ Entrevista concedida por Braz, Antônio Augusto. Entrevista III. [abr. 2024]. Entrevistador: Sarah Braga. Duque de Caxias, 2024. 1 arquivo .mp3 (36 min.).

²⁷ Entrevista concedida por Cruz, Aurelina. Entrevista II. [abr. 2024]. Entrevistador: Sarah Braga. Duque de Caxias, 2024. 1 arquivo .mp3 (60 min.).

centro dos museus sociais e não os acervos. As histórias de vida da comunidade e o trabalho desenvolvido com a identidade cultural dessas pessoas são centrais nas ações do MVSb e está ligado aos sentimentos que movem esses trabalhadores a fazerem mais.

Esse esforço tem seu papel dada a importância do trabalho desenvolvido pelo museu com a sua comunidade, mas ao mesmo tempo, levanta pontos importantes a serem questionados nos museus sociais e que devem ser levados em consideração, especialmente, pelo poder público. Sendo fundamental ressaltar que esses trabalhadores não deveriam precisar de tanto para deixar esses museus sociais abertos e em boas condições. Se tivessem o apoio necessário para contratação de equipe de acordo com as suas necessidades e para a manutenção de seus espaços e atividades, essa sobrecarga não aconteceria. Sobre essa relação entre museu social e política pública cultural é importante refletir que:

Algumas questões contemporâneas que tocam de modo sensível os museus sociais e os denominados pontos de memória podem ser traduzidas nos seguintes termos: como garantir, por meio de uma política pública de cultura, o compromisso de investimentos sistemáticos e continuados em iniciativas de memória e em processos museais de base comunitária e de alcance popular? Como garantir que os investimentos públicos nessas iniciativas e processos inovadores não sejam utilizados para cooptá-los e amordaçá-los? O que fazer para enfrentar a ampliação da visibilidade, sem reduzir a autonomia e o protagonismo das iniciativas de memória e dos processos museais populares e comunitários? (Chagas; Assunção; Glas, 2013, p. 431).

A falta de apoio público para esses espaços gera uma precarização do trabalho e consequentemente esgotamento mental. Através dos relatos aqui apresentados é notável a valorização que os trabalhadores dão ao museu, ao trabalho executado ali, à memória preservada e comunicada pelo espaço e reconhecem o seu papel na comunidade, entretanto, o museu, enquanto instituição pública, não valoriza esses trabalhadores, visto a equipe pequena, a sobrecarga de trabalho e a insatisfação com a remuneração. Ao olhar para toda a precarização existente, é válido ressaltar que “em um mundo em mudança que está se tornando mais injusto a cada dia, é hora dos museus — aquelas instituições que amamos e estimamos — valorizarem os trabalhadores culturais mais reciprocamente do que antes” (Hunt, 2020, p. 19, tradução nossa).²⁸

Aurelina, agora aposentada, foi enfática em relação a esse ponto, quando perguntada sobre a sua saúde mental, ela disse que achava que era boa, mas um pouco antes de se aposentar sentiu que estava no seu limite e se aposentou na hora certa, muito devido a problemas pessoais que afetaram seu emocional, mas ela também:

(...) achava que estava muito desgastada, muito cansada. Porque a vida toda foi uma militância. A vida toda foi militar. Então assim, já estava muito cansada (...) porque aí eu acho que começa a comprometer a saúde mental. Porque a gente vai fazendo um esgotamento... e no museu é tudo luta, tudo luta, tudo luta... é de ter água mineral a ter um funcionário” (informação verbal)²⁹.

Essa dificuldade imposta à simples existência dos museus sociais gera desgaste físico, pois existem museus sociais em território com conflito armado colocando em risco a vida desses trabalhadores que buscam justiça para as suas comunidades, como também desgaste mental e emocional para os trabalhadores que, por acreditarem no poder de transformação social que o

²⁸ Original: In a changing world that is becoming more inequitable day by day, it is time for museums—those institutions that we love and cherish—to value cultural workers more reciprocally than they have before.

²⁹ Entrevista concedida por Cruz, Aurelina. Entrevista II. [abr. 2024]. Entrevistador: Sarah Braga. Duque de Caxias, 2024. 1 arquivo .mp3 (60 min.).

museu tem, se entregam afetivamente à essa luta podendo comprometer, conscientemente ou não, a sua saúde. Sobre isso, o Antonio Augusto disse que “aliás, essa é uma preocupação, que essa afetividade acaba te impedindo de você ver que as vezes você ultrapassa seus limites físico, mental (...) o perigo desse apaixonamento, até onde esse apaixonamento te carrega, então você tem que olhar isso com cuidado (...)” (informação verbal)³⁰.

Após se aposentar, a Aurelina disse que preferiu não manter relações com o museu. Quando perguntados sobre as atividades do museu, se conheciam ou não, ela foi a única que disse que não conhecia, os demais falaram que conheciam e que inclusive, participavam sempre que podiam. Aurelina, agora aposentada, disse que preferiu se afastar justamente pela relação afetiva que tem com o espaço. Se ela seguisse ligada a ele continuaria a querer apoiar o espaço com o seu trabalho físico e intelectual, pela importância que as atividades têm e a falta de equipe para dar conta das demandas. Por entender que essa entrega já tinha sido feita nos seus anos de servidora, ela precisou se afastar.

O Antônio, ao final da entrevista, falou bastante sobre quão exaustiva pode ser essa entrega, como as vezes ele pode ficar horas trabalhando sem pausas, sem sequer perceber, por gostar do trabalho e por estar ligado à causa.

A militância dos trabalhadores dos museus sociais é de extrema importância para que as memórias e os patrimônios colocados à margem pelo poder público não caiam no esquecimento, mas sejam valorizados, reconhecidos e comunicados. Pois o museu social “ao trabalhar com memórias, tempos, identidades, pertencimentos e representações simbólicas (...) ressignifica o mapa cultural da cidade e deixa patente para outras comunidades populares que é possível exercer o direito à memória, ao patrimônio e ao museu. O exercício desses direitos aqui e agora é peça-chave para a construção de futuros com dignidade social” (Chagas; Abreu, 2007, p.150).

O trabalho de entrega desenvolvido, para além do esperado, pelos quatro trabalhadores aqui entrevistados, pode simbolizar o compromisso deles e dos demais agentes de iniciativas museais ancoradas na museologia social com o direito à memória e ao patrimônio, por entenderem a importância desse trabalho para a sociedade e por atuarem por uma sociedade mais justa, democrática e equitativa.

Essa entrega intensa, movida pelos sentimentos e pela luta por direitos que deveriam ser garantidos, é algo a ser analisado de perto, dentro dos museus sociais. Como também a sobrecarga e os fracos vínculos de trabalho devido à precarização contínua do trabalho precisam ser analisados de perto nos museus normativos.

O Museu Vivo do São Bento existe a partir de um ato de insurgência liderado por professores que buscam, através da luta e do afeto, usar a memória e a cultura como uma ferramenta de libertação e de transformação social. É preciso reconhecer o esforço desses professores em valorizar grupos sociais excluídos e marginalizados, inserindo-os nos debates sociais de seu território. Mas, ao contrário disso as “elites, assustadas, na proporção em que se encontram na vigência de seu poder, tendem a fazer silenciar as massas populares, domesticando-as com a força ou soluções paternalistas” (Freire, 1967, p. 86). Dessa forma, desvalorizam o trabalho desses professores e dos demais militantes da museologia social, a partir da precarização dos museus sociais e o contínuo apagamento das memórias que esses museus carregam e representam.

No momento de entrega deste trabalho o museu passava por uma transição na sua diretoria. Após as entrevistas e a escrita deste artigo, todos os professores que trabalhavam no museu tiveram de forma impositiva suas matrículas desvinculadas ao museu e direcionadas para outras escolas. Esse ato enfraquece o trabalho desenvolvido por esses professores no MVSB e abre espaço para questionar se o museu, em seu futuro, continuará com ações decoloniais, emancipatórias e ancoradas na museologia social praticadas até então.

³⁰ Entrevista concedida por Braz, Antônio Augusto. Entrevista III. [abr. 2024]. Entrevistador: Sarah Braga. Duque de Caxias, 2024. 1 arquivo .mp3 (36 min.).

Com essa mudança de direção, corre-se o risco de ocorrer uma apropriação da práxis da museologia social e da diversidade cultural acarretando o esvaziamento de seus significados.

Nesse sentido, o reconhecimento e respeito à diversidade cultural se convertem em uma nova estratégia de dominação que ofusca e mantém, ao mesmo tempo, a diferença colonial através da retórica discursiva do multiculturalismo e sua ferramenta conceitual, a interculturalidade “funcional”, entendida de maneira integracionista. Essa retórica e ferramenta não apontam para a criação de sociedades mais equitativas e igualitárias, mas para o controle do conflito étnico e a conservação da estabilidade social, com o fim de impulsionar os imperativos econômicos do modelo neoliberal de acumulação capitalista, agora “incluindo” os grupos historicamente excluídos (Walsh, 2009, p. 16).

Considerações finais

Como foi visto na primeira seção do texto, o Museu Vivo do São Bento foi criado pela ausência de um local que registrasse, preservasse e comunicasse a memória, a cultura e o patrimônio de Duque de Caxias. Ele nasce através de reivindicações no sindicato dos profissionais da educação e se mantém com espírito de luta, através da militância dos seus trabalhadores para que o museu possa comunicar a memória local que ele preserva, por compreenderem o impacto social que o museu tem em sua comunidade. Assim:

Alenta novos processos, práticas e estratégias de intervenção intelectual que poderiam incluir, entre outras, a revitalização, revalorização e aplicação dos saberes ancestrais, não como algo ligado a uma localidade e temporalidade do passado, mas como conhecimentos que têm contemporaneidade para criticamente ler o mundo, e para compreender, (re)aprender e atuar no presente (Walsh, 2009, p. 25).

O museu também mantém o seu espírito militante e fortalece a sua luta por direitos ao estabelecer relações com diferentes iniciativas, através da Remus-RJ. Ao ser membro da rede ele se coloca contra a prática individualista do sistema capitalista e preserva seu espírito de coletividade, pois ao ser o proponente das emendas parlamentares para os projetos da Remus-RJ ele se preocupa com as demais iniciativas que compõem a rede e as fortalece, como foi apresentado na segunda seção deste artigo.

Por fim, a terceira e última seção, apresentou os trabalhadores do museu, através das entrevistas que foram realizadas. Por meio de análise das entrevistas é perceptível que, ao se pensar no emocional e no pessoal, os trabalhadores do Museu Vivo do São Bento se sentem realizados, valorizados por seus colegas de trabalho, satisfeitos em suas tarefas diárias e sentem que seus trabalhos são importantes para a manutenção do museu, pois consideram o museu democrático, acolhedor e diverso. Para além disso, acreditam na sua missão e no impacto social que a sua existência, logo os seus trabalhos, causam na cidade. De fato:

A experiência do Museu como ferramenta de comunicação e trabalho contribui para a luta contra o preconceito em relação aos museus – tradicionalmente considerados como dispositivos de interesse exclusivo das elites econômicas – e também em relação às favelas – comumente tratadas como lugares de violência, de barbárie, de miséria e de desumanidade (Chagas; Abreu, 2007, p. 133).

Essa contribuição dos museus sociais para as suas comunidades só é possível graças aos seus trabalhadores que os constroem. Esses trabalhadores lutam diariamente para mostrar, através dos museus, a chamada periferia “como lugar de cultura, de memória, de poética, de trabalho, e não apenas como território privilegiado da bala perdida ou teatro de guerra onde policiais enfrentam bandidos e bandidos enfrentam policiais” (Chagas; Abreu, 2007, p. 133).

O artigo mostrou que a maior dificuldade apresentada no decorrer das entrevistas foi sobre a estrutura física do museu e a dificuldade de continuidade de suas ações, devido à falta de investimento público municipal, pois apesar do ambiente acolhedor criado pelos trabalhadores e por eles tentarem ter ações sustentáveis no museu, por exemplo, este tem uma estrutura física e orçamentária precária que o impossibilita de ser mais sustentável ou de ter seus projetos executados sem dificuldade. Essa situação se repete nos demais museus sociais do Rio de Janeiro, como mostraram as falas dos professores durante as entrevistas.

Dessa forma, pesquisar os trabalhadores dos museus sociais é de extrema importância para compreender o papel que estes têm na concepção de museus como espaços políticos e emancipatórios. Exemplificando na prática como o trabalho museal, a partir da militância, atua para a decolonização do campo museológico. No caso dos professores do Museu Vivo do São Bento, pode-se dizer que, ao lutarem pela criação e manutenção desse museu, eles agem como “seres de resistência, insurgência e oposição (...) apesar da desumanização e subordinação”. Ao persistirem “seu projeto se constrói de mãos dadas com a decolonialidade, como ferramenta que ajude a visibilizar estes dispositivos de poder e como estratégia que tenta construir relações – de saber, ser, poder e da própria vida – radicalmente distintas” (Walsh, 2009, p. 23).

Por fim, este artigo ressalta que a sobrecarga existe como consequência da ausência do Estado, sendo preciso que o Estado se responsabilize com “a urgência de concepção, desenvolvimento e consolidação de políticas públicas de apoio e fomento, adequadas aos novos processos museais” (MINOM, 2013, p. 2), isso “sem abandonar a imaginação criadora e transformadora da sociedade civil e do movimento social” (Chagas; Assunção; Glas, 2013, p. 434), ressaltando que “não devemos aceitar que o Estado se exonere de suas responsabilidades em relação à cultura” (Ibidem, p. 434).

Os museus sociais existem pela militância, pelo afeto e pelo imenso trabalho realizado por seus trabalhadores que estão constantemente se esforçando para garantir a continuidade e a permanência desses espaços, por compreenderem a importância sociocultural que eles têm em suas comunidades.

Referência bibliográficas:

- Bento, M. A. S. (2002). Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Universidade de São Paulo.
- Bourdieu, P. (1998a). A precariedade está hoje por toda parte. In P. Bourdieu, *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal* (L. Magalhães, Trad., pp. 72–77). Jorge Zahar.
- Bourdieu, P. (1998b). A mão esquerda e a mão direita do Estado. In P. Bourdieu, *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal* (L. Magalhães, Trad.). Jorge Zahar.
- Braga, R. (2006). Uma sociologia da condição proletária contemporânea. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 18(1), 133–152.
- Braga, S. (2021). O mundo é maior que os museus: Os enquadramentos da memória no Museu Vivo do São Bento em Duque de Caxias (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal.
- Brasil. (2010). Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura.
- Braz, A. A. (2002). Memória viva: Uma apresentação. *Revista Pilares da História*, 1(1), 95–100.
- Carias, A. J. C., Souza, M. S. de, & Nogueira, R. M. (2020). As pegadas inventadas pelo Museu Vivo do São Bento na Baixada Fluminense. In B. B. Soares (Ed.), *Descolonizando a museologia* (pp. 160–175). ICOM/ICOFOM.

- Chagas, M. S. (2016). Patrimônio é o caminho das formigas. In M. B. Castro & M. S. dos Santos (Orgs.), *Relações raciais e políticas de patrimônio* (pp. 141–166). Azougue Editorial.
- Chagas, M. (2020). Imaginação museal e museologia social: Fragmentos. *Lugar Comum*, (56), 113–121.
- Chagas, M., Veiga, J., & Cavulla, R. (2021). A Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro: Um balanço em movimento. In J. Primo & M. Moutinho (Orgs.), *Teoria e prática da sociomuseologia* (pp. 435–453). Edições Universitárias Lusófonas.
- Chagas, M., Assunção, P., & Glas, T. (2013). Museologia social em movimento. *Cadernos do CEOM*, 27(41), 429–436.
- Chagas, M., Primo, J., Assunção, P., & Storino, C. (2020). A museologia e a construção de sua dimensão social: Olhares e caminhos. In J. Primo & M. Moutinho (Orgs.), *Introdução à sociomuseologia* (pp. 53–75). Edições Universitárias Lusófonas.
- Chagas, M. S., & Pires, V. S. (2018). Sociedade, museus e território. In M. S. Chagas & V. S. Pires (Orgs.), *Território, museus e sociedade: Práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade* (pp. 285–299). UNIRIO; Instituto Brasileiro de Museus.
- Chagas, M., & Abreu, R. (2007). Museu da Maré: Memórias e narrativas a favor da dignidade social. *Revista Musas*, (3), 130–152.
- Duque de Caxias. (2008). Lei nº 2.224, de 3 de novembro de 2008. Institui a criação do museu de percurso no município de Duque de Caxias com a denominação de Museu Vivo do São Bento. Câmara Municipal de Duque de Caxias. <https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=1005>
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra* (J. L. de Melo, Trad.). Civilização Brasileira.
- Fernandes, J. R. O. (2011). O direito à memória: Análise dos princípios constitucionais da política de patrimônio cultural no Brasil (1988–2010). In *Anais do II Seminário Internacional Políticas Culturais: Teoria e práxis* (21–23 set.). Edições Casa de Rui Barbosa.
- Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Paz e Terra.
- Freire, P. (1981). *Ação cultural para a liberdade* (5ª ed., Vol. 10). Paz e Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva* (L. L. Schaffter, Trad.). Vértice; Revista dos Tribunais.
- Hunt, H. (2020). How the other half lives: Cultural workers in the economy of inequality. In *Museum Workers United Newspaper*. Museum and Exhibition Studies Program, University of Illinois at Chicago.
- Instituto Brasileiro de Museus. (2011). *Museus em números* (Vol. 1). IBRAM.
- Lander, E. (2005). Ciências sociais: Saberes coloniais e eurocêtricos. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO.
- Movimento Internacional para uma Nova Museologia. (2013). Declaração MINOM Rio 2013. <http://www.minom-icom.net/files/declaracao-do-rio-minom.pdf>
- Moran, M. (2020). With great power comes total disregard for workers: My life as an emerging museum professional. In *Museum Workers United Newspaper* (pp. 20–23). Museum and Exhibition Studies Program, University of Illinois at Chicago.
- Moutinho, M. C. (2014). Definição evolutiva de sociomuseologia: Proposta de reflexão. *Cadernos do CEOM*, 27(41), 423–427.
- Museu Vivo do São Bento. (2012). *Relatório MVSB* (1ª ed.).

- Vergès, F. (2023). *Descolonizar o museu: Programa de desordem absoluta*. Ubu Editora.
- Walsh, C. (2009). Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: In-surgir, re-existir e re-viver. In V. M. Candau (Org.), *Educação intercultural na América Latina: Entre concepções, tensões e propostas* (pp. 12–42). 7 Letras.